



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

A atualidade brasileira e a solução dos seus problemas

(DISCURSO PRONUNCIADO NO PALÁCIO
DO CATETE, AO SER INAUGURADA A CON-
FERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA E
ADMINISTRAÇÃO, A 10 DE NOVEMBRO
DE 1939)

SUMÁRIO

Inovação que é das mais felizes iniciativas do Governo, a Conferência Nacional de Economia e Administração — O inquérito municipal e seus resultados — Conclusão a que devemos chegar — Panorama da vida nacional — Justiça e ordem institucional — Padronização orçamentária e sistema tributário — Relações exteriores — Imigração e colonização — Educação e ensino — Higiene pública e assistência médico-sanitária — Serviço social — Legislação trabalhista e previdência social — Saneamento da Baixada Fluminense — Açudagem e irrigação do Nordeste — Expansão da nossa riqueza agrícola — Crédito agrícola — Transportes e comunicações — Ferro e combustíveis — Plano especial de obras públicas — Defesa nacional — O Estado Novo — O Brasil e o momento internacional.

Senhores: A reunião de hoje constitui uma inovação que considero das mais felizes iniciativas do meu Governo, entre outros motivos porque, congregando-nos em torno desta mesa redonda, mostra e simboliza a nossa posição em face das responsabilidades do poder público, colocados no mesmo plano, equidistantes e unidos no empenho de resolver problemas de capital importância para a vida do país.

Não foi mera coincidência a data escolhida para a instalação dos trabalhos preparatórios da Conferência Nacional de Economia e Administração. Houve o propósito deliberado de assinalar o segundo aniversário do regime de 10 de novembro com um ato fundamental para a nova ordem de coisas, tanto pela sua significação político-administrativa, como pelas repercussões que, seguramente, terá em nossa evolução econômica.

Os delegados do Governo Nacional não se congregam, em 1939, sob o mesmo signo estritamente político das antigas convenções de governadores, antes de 1930, destinadas a homologar o simulacro da escolha de nomes para os postos da alta administração. Ao invés do ajustamento de fórmulas para satisfazer ambições de grupos e acomodações partidárias, o que vamos fazer é abordar e debater problemas que interessam a todas as zonas do país e à própria nacionalidade. Para levarmos a cabo semelhante tarefa, com probabilidades de êxito, torna-se indispensável pensar e agir com patriotismo, dedicação e largueza de vistas. Estou certo de que, em qualquer circunstância, sabereis colocar acima de tudo, mesmo do

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

interêsse imediato e restrito de um Estado ou região, o interêsse do Brasil, que deve merecer de todos nós absoluta preferência.

A nossa reunião visa, precipuamente, coordenar as atividades do poder público em todos os seus setores de ação. As preliminares foram sòlidamente estabelecidas através de um grande inquérito, e as conferências dos secretários de Fazenda e seus técnicos, em boa hora promovidos pelo Conselho Técnico de Economia e Finanças, demonstraram, de sobejo, a urgência de medidas que conduzem ao máximo aproveitamento dos recursos financeiros dos Estados e Municípios, em conexão com as iniciativas do Govêrno da União.

Os fatos evidenciam que poderemos auferir proveitos muito maiores e multiplicar os resultados de nossos esforços se procurarmos realizar uma política administrativa de colaboração permanente e uniforme. As competições facciosas e particularistas relegaram para segundo plano, durante muito tempo, o encaminhamento de questões verdadeiramente substanciais para o progresso nacional.

Vamos fazer, agora, a tentativa mais séria da administração, nesse sentido, ajustados ao propósito de evitar desperdícios de energia e articular todos os esforços construtivos.

Os dados que temos em mão permitem apreender, nos seus variados aspectos, a realidade da vida nacional e deduzir as soluções aconselháveis e possíveis.

O inquérito municipal e seus resultados

A fonte de informações para a qual o Govêrno entendeu de apelar foi o Município, solicitando, em cada um, a colaboração de um pequeno grupo de pessoas que pu-

A ATUALIDADE BRASILEIRA

dessem, com certa segurança, descrever e relacionar os aspectos dominantes em cada localidade. Os resultados colhidos se apresentam com a responsabilidade de 13.189 colaboradores que, em todo o país, responderam com louvável presteza ao apêlo do Governo Federal.

O inquérito foi executado por intermédio da Secretaria do Conselho Técnico de Economia e Finanças, de acôrdo com instruções diretas da Presidência da República. O questionário organizado comportava quatorze capítulos, com perguntas e mais de 800 itens. As perguntas não ofereciam dificuldades, e isto ficou bem demonstrado pela rapidez com que as devoluções foram feitas. Seis meses depois de lançado o inquérito, 95% dos Municípios já haviam remetido suas informações.

Tal como se fôsse um instantâneo fotográfico, o questionário com as suas indicações nos mostra o panorama brasileiro, na sua realidade insofismável, num momento determinado. Estes resultados não são pròpriamente estatísticos: são informativos. Constituem, entretanto, uma síntese completa das nossas possibilidades, assim como das nossas deficiências.

Foram pesquisados os seguintes setores: produção, recursos naturais, explorados ou não, condições de trabalho, comércio, indústria, transportes e comunicações, saúde, educação, finanças e administração.

A agricultura constituíu, lògicamente, um dos pontos fundamentais do inquérito por meio do qual sabemos que é praticada em 97% dos Municípios, ou sejam 1.437. As investigações feitas revelam, em seguida, que só em 49% do total os seus resultados são relativamente apreciáveis. E isto se verifica, sobretudo, devido à escassez de assistência e orientação técnicas, havendo 776 Municípios que apontam sua inexistência. Por outro lado, 708 Municípios informam que as moléstias, pragas ou

desastres têm prejudicado as lavouras, salientando a frequência da saúva, da lagarta rosada, do curuquerê.

Fatores climatéricos ocorrem, também, com prejuízo para a agricultura, como as geadas, que têm sido prejudiciais em 227 Municípios; as enchentes, em 259; e as sêcas, em 626. E' oportuno registrar que as derrubadas e queimadas estão sendo feitas em 1.267 Municípios, enquanto o reflorestamento só se faz, e, ainda assim, segundo um critério arbitrário, em 115 Municípios. O exemplo de algumas lavouras depauperadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo deve ser lembrado, para que as derrubadas se tornem menos frequentes e menos intensas. Além das sêcas periódicas e da redução do volume das águas, começa a se desenhar um problema realmente grave e que cumpre evitar — a erosão.

Quanto aos processos de trabalho e assistência técnica à lavoura, os resultados do inquérito revelam outros aspectos dignos de atenção. Entre êstes, a mecanização das lavouras, verificada apenas em 337 Municípios, sendo que, mesmo incluídas as máquinas mais rudimentares, somente 837 Municípios têm sido beneficiados pelo seu uso. A tração mecânica ocorre em pouco mais de 300 Municípios, com predominância nos Estados da Paraíba, Alagoas, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Do Acre ao Maranhão, pela bacia amazônica, encontramos tração mecânica apenas em oito Municípios. A própria tração animal, que convém estimular, evitando por êsse meio a importação ou o consumo de combustíveis caros, só se regista em 67% dos Municípios, ou seja em 992. A assistência técnica à agricultura necessita, portanto, ser desenvolvida. Encontrámos agrônomos e técnicos rurais apenas em 344 Municípios: 38 de Minas Gerais, 38 de São Paulo, 37 da Paraíba, 30 do Rio Grande do Sul, e os demais disseminados em 16 Estados. A Pa-

A ATUALIDADE BRASILEIRA

raíba é o Estado onde há maior percentagem de Municípios providos de agrônomos ou de técnicos rurais: 37 Municípios, em um total de 39, informam que possuem técnicos rurais ou agrônomos.

Os campos de semente, embora muitos dêles fomentados pela própria União, se distribuem, ao todo, através de 15% dos Municípios. Talvez resulte daí uma das causas da falta de homogeneidade da nossa produção agrícola. Temos de incentivar a criação desses campos, que deverão funcionar como centros experimentais e de demonstração prática para os agricultores de cada zona ou região. Com êles e com o agrônomo regional, outra iniciativa, já lançada pelo Govêrno em 1936, poderá ser dada aos agricultores uma orientação adequada, valorizando-lhes o trabalho e as terras. Evitar-se-ia também a tentativa de novas atividades, nem sempre recomendáveis. Acreditando que a lavoura lucrativa numa zona, também o possa ser em outra, agricultores de 668 Municípios tentaram, nos últimos tempos, formar lavouras novas. Os resultados foram negativos em 225 Municípios, causando desânimo e prejuízos. Há uma intensa operosidade nos campos e é preciso ampará-la. Muitas lavouras estão sendo tentadas, em várias regiões, pela primeira vez. Entre estas sobressaem o algodão, em 283 localidades; a cevada, em 20; o lúpulo, em 3; a aveia, em 3; o amendoim e o girassol, em 15; o trigo em cerca de 200; a mamona, em 171. As mesmas lavouras são praticadas, há mais tempo, em 809 Municípios, o algodão; em 47, cevada; em 3, o lúpulo; em 47, a aveia; em 129, o amendoim, e, em 121, o trigo. A cultura do trigo vem sendo intensificada, notadamente, nos Estados do Sul. O Govêrno Federal empenha-se na execução do programa iniciado em 1936, criando estações experimentais e campos de seleção e multiplicação de sementes, e reforçando, por

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

êsse meio, o concurso daqueles que colaboram para o desenvolvimento da nossa economia.

Para atendermos às condições impostas pela concorrência, necessitamos organizar a nossa produção, criando tipos determinados, selecionando espécies, padronizando, finalmente, os produtos de exportação. E essa padronização, no setor da agricultura, deve ser iniciada desde a escolha dos terrenos e das sementes. A criação, pelos Estados, de alguns centros de preparação elementar do homem para a vida do campo é uma providência que devemos considerar entre os assuntos a serem debatidos. Subdividindo os encargos e situando com precisão os problemas, poderemos obter resultados mais eficientes com a cultura do milho, que se faz em 1.215 Municípios; a do feijão, em 1.141; a da mandioca, em 975; a do arroz, em 927; a de batatas, em 455; a de tantas outras, tão generalizadas e exploradas sem os conselhos da técnica, pelo que oferecem, frequentemente, resultados mínimos e, às vêzes, negativos.

A própria lavoura de cana só nestes últimos tempos está recebendo os benefícios das Estações Experimentais de Campos, no Estado do Rio, da do Curado, em Pernambuco, estabelecimentos criados e reorganizados pelo Governo Federal. O café, cultivado em 637 Municípios, a nossa principal lavoura, constituía, até 1937, quando instalámos as Estações Experimentais de Botucatu e de Juiz de Fora, exemplo de empirismo agrícola. A lavoura mais lucrativa do Brasil, neste momento, é a do algodão, e isto devido à assistência técnica que lhe temos dispensado.

A produção, entretanto, não está na dependência apenas dos elementos já referidos. O inquérito nos revela a situação dos serviços de transportes, de saúde e de crédito, em relação à agricultura. O produtor que

A ATUALIDADE BRASILEIRA

não dispõe de meios de transporte para seus produtos não pode ter maior interêsse em desenvolver suas atividades. Por outro lado, não é fácil imprimir um ritmo seguro aos trabalhos rurais onde o aspecto sanitário das populações exige intensa atuação da parte dos poderes públicos.

Outro problema à espera de impulso decisivo é o que se refere ao crédito, sobretudo, para o pequeno produtor. Entre os 738 Municípios que têm obtido melhor rendimento nas aplicações agrícolas, nada menos de 689 estão a reclamar crédito ou facilidades de financiamento. Do Acre à Paraíba e, ainda, compreendendo Goiaz e Mato Grosso, apenas 36 Municípios declaram contar com alguns recursos de crédito para suas atividades rurais. Os dois Estados que oferecem melhor índice, neste particular, são Minas Gerais, com 95 Municípios relativamente beneficiados pelo financiamento, e São Paulo, com 35. A seguir, temos o Rio Grande do Sul, com 21, Pernambuco, com 17 e Baía, com 14. Ao todo, somente 248 Municípios, excluídas as cooperativas, responderam favoravelmente, mesmo assim, fazendo, às vêzes, revelações de natureza muito grave quanto às taxas cobradas e que alcançam de 10 a 12%, em bom número, até 18, 20, 24%, havendo casos de 30% ao ano, e, até mesmo, de 5% ao mês.

Quanto aos transportes, o problema é ainda mais complexo. Apesar de uma razoável quilometragem de rodovias, ferrovias e de linhas fluviais, 561 Municípios sentem falta de transportes. A simples existência da rodovia, ferrovia ou rio navegável nem sempre é o suficiente. O Govêrno Federal tem dispendido e continua dispendendo soma apreciável em construção de estradas de rodagem; elas, porém, estão servindo de preferência para fonte de renda de alguns Estados e Municípios que:

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

taxam o tráfego de veículos, dificultando o seu maior e melhor aproveitamento. O inquérito demonstra que a região amazônica conta, para os transportes comerciais, apenas, com a via fluvial; e, como o número de embarcações que transitam pelo grande rio é, relativamente, muito reduzido, há, realmente, falta de meios de transportes. Acresce que do limitado número de pequenos navios, alguns se dedicam aos transportes nos rios Araguaia e Tocantins.

Do Acre ao Piauí, apenas 18 Municípios são cortados por estradas de ferro; do Ceará à Baía, onde temos um total de 467 Municípios, são atravessados por estrada de ferro 181; do Espírito Santo até ao Rio Grande do Sul, a média é regular, estando sempre acima de 50% o número de Municípios cortados por ferrovias; Goiás e Mato Grosso, neste setor, como em tantos outros, ficam em igualdade de condições com a primeira região citada; dos seus 80 Municípios, apenas em 13 passam estradas de ferro. Em resumo: há vias férreas em 47% dos Municípios brasileiros, o que não quer dizer que 47% dos nossos Municípios possam efetivamente contar com êste meio de transporte.

Na parte referente às rodovias, se incluirmos todos os tipos de estradas, desde as de primeira classe até às carroçáveis, a percentagem se eleva: encontramos essa via de transporte em 83% dos Municípios. Do Acre ao Piauí, 83 dos seus 192 Municípios dispõem de algumas estradas de rodagem; do Ceará à Baía, há 387 Municípios na mesma condição; do Espírito Santo até ao Rio Grande, sempre incluídos todos os tipos de estradas, a média é superior a 90%, e, em Goiás e Mato Grosso, superior a 60%. Em resumo, encontramos estradas de rodagem, compreendendo todas as categorias, em 1.231, ou seja em 83% dos Municípios.

A ATUALIDADE BRASILEIRA

Ao longo do litoral, temos 166 Municípios. Nem todos êles dispõem de transportes marítimos. Entre os portos principais e os menores, que apenas servem para pequenas embarcações, têm escoamento de seus produtos por via marítima 150, mais os do Pará e Amazonas. As tropas, carros de bois, ou carroças, são os transportes preferidos, sobretudo, para as comunicações internas. Oferecem a grande vantagem de poupar os combustíveis importados ou adquiridos a altos preços, convindo, entretanto, ressalvar a parte que diz respeito à conservação das estradas de rodagem. A percentagem de Municípios em que encontramos tropas é de 65%, ou sejam 964 Municípios; a de carros de bois, 64%. As carroças utilizadas no Sul são menos frequentes da Baía para o Norte, pelo que a percentagem cai para 59%, ou sejam 876 Municípios.

Dentro do capítulo **Transportes**, temos, ainda, vários aspectos focalizados; tarifas, tráfego mútuo, articulação, em geral, dos meios de comunicação, revisão de bitolas, construção de armazens, entrepostos, embarcadouros, postos e outros.

Há outro fator que importa na determinação do índice de eficiência das atividades rurais: a saúde. A região compreendida entre o Amazonas e o Piauí, onde há escassez de braços para as lavouras e indústrias extrativas, é ainda sacrificada pelas más condições sanitárias. A malária e a opilação atingem índices muito elevados, sempre superiores a 80% do número de Municípios. Do Ceará até Pernambuco, cai o índice da malária, mas cresce o da opilação. Para a primeira, a média é de 30 a 50% dos Municípios; para a segunda, é de 70%. A zona sêca influe decisivamente contra a malária. De Alagoas até ao Rio Grande do Sul, a opilação ocorre sempre numa proporção superior a 60% do

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

número dos Municípios, menos no Paraná, que é de 53%; e a malária, ao contrário, oscila desde 4 até 60 e, mesmo, 80% em Mato Grosso.

A malária interrompe, com frequência, as atividades do trabalhador, mas a opilação definha-o. O combate intensivo e sistemático a êsses males continua. Nestes últimos cinco anos, o Governo Federal tem destinado elevados recursos. Dois outros estão merecendo, também, constante atenção e não dispensam, igualmente, a ação conjunta dos vários órgãos da administração: a tuberculose e a lepra. A rede de leprosários e de sanatórios que a União vem construindo e subvencionando em todos os Estados é, apenas, o início de uma grande campanha. O inquérito é, nesta parte, minucioso; e os aspectos sanitários não podem deixar de figurar entre os problemas a debater e examinar.

A produção pastoril, uma das nossas principais riquezas, até aqui revelada, somente, pelas estatísticas, oferece-nos, no inquérito em aprêço, indicações de maior interesse. Foram fixadas as raças nacionais, estrangeiras, e mixtas, para corte e leite, dominantes em 1.269 Municípios, dos quais apenas 105 se julgam orientados tènicamente. Em 611 Municípios, os postos não são tratados; o couro é prejudicado pelos bernes, carrapatos, cêrcas de arame farpado e marcas a ferro. Dos 1.269 Municípios investigados, em 1.225, é usual a cêrca de arame farpado; e a marcação a ferro ainda se faz em todo o país, sendo oportuno lembrar a necessidade de uma ação coordenada no sentido de instruir os criadores sôbre os prejuízos que decorrem desta prática.

Os banheiros carrapaticidas e os silos são raros, apesar dos prêmios em dinheiro concedidos pelo Governo Federal. Apenas 101 Municípios informam a existência de silos, e 375 a de banheiros carrapaticidas, em suas fazendas.

A ATUALIDADE BRASILEIRA

A assistência técnica à criação, comparada com a que se dispensa à lavoura, é muito restrita.

O ensino primário rural é outro problema de grandes proporções a ser resolvido com a colaboração do Município, do Estado e da União. Estão em funcionamento 36.652 escolas primárias; apesar desta cifra, são reclamadas, para o meio rural, nada menos de 36.887. Seria o caso de criar, com a devida presteza, uma rede de escolas normais rurais como centro de preparação de algumas centenas de professoras especializadas, que, por seu turno, constituiriam o corpo docente de outras escolas.

O cooperativismo ainda não se desenvolveu como é necessário. O inquérito revela a organização e funcionamento de cooperativas, somente, em 189 Municípios. Entretanto, é através de organização cooperativista que teremos de levar a assistência financeira aos produtores agrícolas.

No setor dos minerais, apurámos a ocorrência de ouro em 206 Municípios; ferro, em 194; manganês, em 109; cristal de rocha, em 188; malacacheta, em 144; pedras preciosas, em 142; pedras coradas, em 57; carvão, em 37; amianto, em 31; chumbo, em 20; caolim, em 84; bauxita, em 14; breu, em 6; pirita, em 11; rutilo, em 19; prata, em 57; níquel, em 16; cromo, em 3; e dezenas de outros minerais foram, ainda, localizados e serão identificados em seguida. As turfas e chistos betuminosos, já em exploração, ocorrem em alguns Estados. O comércio de todos os produtos minerais está sendo feito com bons resultados, havendo mercados para produtos de alto preço, como níquel, manganês, rutilo, minério de chumbo, cristal de rocha, bauxita, malacacheta e outros. Desenvolve-se progressivamente a indústria do carvão; e, recentemente, foram determinadas várias providências

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

em benefício das jazidas de Santa Catarina. A indústria do mármore começa a figurar em lugar de relêvo. O minério de cobre, além de nos libertar da importação de fios de metal de que tanto necessitamos, sobretudo, para a indústria da eletricidade e para as fundições, é possível que se torne mercadoria de exportação. Alguns destes minerais, bem como outras matérias primas de que somos grandes possuidores, devem, em regra, ser beneficiados na região em que ocorrem, passando por tratamento ou preparação que os torne capazes de suportar as despesas de transporte até aos centros industriais ou portos de embarque. E' o caso do níquel, dos mármore, do carvão, etc..

Outra riqueza considerável à nossa disposição é o potencial hidráulico do país. Temos quedas d'água de capacidade variada, em cêrca de 800 Municípios, e que são, relativamente, aproveitadas, apenas, em 439. Além da parte aproveitada, informam que dispõem de pequenas, ou grandes, quedas e cachoeiras ainda não aproveitadas e capazes de mover usinas elétricas 862 Municípios; de mover turbinas, 874, e moinhos, 924. Para um país que importa combustíveis, êste potencial hidráulico tem a mais alta significação, sobretudo, pela sua distribuição através de cêrca de 900 Municípios, o que permitirá proporcionar a quasi todo o país os benefícios da energia elétrica.

No setor da produção vegetal, temos, igualmente, algumas revelações importantes, sobretudo, porque, algumas vêzes, representam a redução ou suspensão de certas importações e, em outras, indicam novos produtos de exportação. Os óleos vegetais, disputados pelos maiores mercados do Mundo, embora já concorrendo para melhorar a balança comercial, devem ser explorados racionalmente. O seu desenvolvimento virá dar uma nova

A ATUALIDADE BRASILEIRA

e revigorante força econômica aos Estados do Norte, onde as sementes oleaginosas são nativas. Basta considerar que o consumo dos óleos vegetais no Mundo orça, hoje, em cerca de 20.000.000 de toneladas, com um valor aproximado de 200.000.000 de libras esterlinas. As nossas exportações ainda são, relativamente, insignificantes, convindo, portanto, que seja fomentada esta nova indústria, incrementando-se a cultura racional das sementes, padronizada a sua produção, a fim de nos aparelharmos para concorrer com vantagem, no mercado internacional.

Até 1938, exportávamos sementes de oiticica, em lugar do óleo. A proibição de embarques de sementes criou a indústria do óleo no Piauí e Ceará, onde a produção de 1938, no segundo destes Estados, foi de 3.549 toneladas, no valor de 12.200:000\$000, superada em agosto deste ano, pois atingiu a 7.000 toneladas, no valor de 32.000:000\$000. Com a suspensão de algumas atividades na China, devido à guerra do Oriente, crescem as possibilidades do óleo de oiticica, substituto do óleo de tung. É urgente realizar-se um censo das possibilidades reais desta indústria extrativa, calculando-se e fixando as áreas em que devemos concentrar todos os esforços.

A mamona é outro produto de exportação. Como já vimos, nada menos de 171 Municípios se interessaram pela sua produção nos últimos anos. A mamona é explorada, atualmente, em 522 Municípios. Nossa exportação foi de 120.000 toneladas em 1937, quando passávamos a ser os grandes fornecedores deste produto ao Mundo. Temos, entretanto, de valorizá-la, fazendo aqui mesmo a sua transformação em óleo e o aproveitamento dos sub-produtos.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

O mesmo se verifica com as sementes de algodão, lavoura generalizada, das quais se retiram vários subprodutos, além do óleo. As possibilidades da carnaúba crescem cada dia. O óleo de dendê, cuja produção tem se desenvolvido, é outro produto para o qual temos mercados ilimitados. O babassú, outro produto de larga colocação no mercado internacional e cujos subprodutos são, igualmente, de alto valor, precisa sair do aproveitamento precário para o da exploração racional e intensiva.

As fibras vegetais, pouco aproveitadas até agora, merecem, atualmente, as atenções do Governo Federal, que deseja estimular sua produção, com dois objetivos: o primeiro é reduzir as importações; o segundo, desenvolver as condições econômicas dos Estados em que são elas nativas — da Baía ao Ceará e, também, na região amazônica, as que lhe são peculiares, como a uacima e a juta.

As plantas medicinais da Amazônia, entre as quais, o timbó, produto de franca exportação, devem passar, agora, para o primeiro plano das atividades daquela região.

A exploração e industrialização das madeiras para comércio interno e de exportação podem tornar-se mais lucrativos se fixarmos, para outras regiões, certas espécies, reservando, para o futuro, as florestas que, se exploradas agora, importarão mais em prejuízo do que em lucro propriamente. Temos madeiras, como o cedro, em 912 Municípios, em todos os Estados; a peroba, em 630; o pinho, em cerca de 100; a aroeira, em 410; o jacarandá, em 317; o jequitibá, em 144; o ipê, em 679; a imbuia, em 51, e o carvalho, em 14, para citar, apenas, algumas. As essências vegetais, como a andiroba e a sucupira, sobretudo na Amazônia e no vale do Rio Doce,

A ATUALIDADE BRASILEIRA

são preciosas. O ouricuri, na região do São Francisco e do Nordeste, é outra grande riqueza que se desenvolve. No Sul, temos o quebracho, ainda não aproveitado convenientemente.

Conforme acabamos de ver, os problemas que reclamam orientação segura e coordenada são numerosos. Em face das necessidades e das possibilidades, vistas em conjunto, não só em relação à economia interna, como à internacional, cumpre estabelecer uma norma de ação definida, articulando esforços e coordenando todas as disponibilidades no sentido de dar ao progresso do país impulso constante e decisivo.

Conclusões a que devemos chegar

Com o material abundante e seguro que está à vossa disposição, no Conselho Técnico de Economia e Finanças, será possível ordenar um plano completo e imediato de ação.

As verificações feitas pelos órgãos do Governo central indicam que a agenda dos trabalhos da Conferência Nacional de Economia e Administração, a reunir-se na segunda quinzena de março próximo, deverá constar de duas ordens principais de questões: as que dizem respeito, uniformemente, a toda a Nação, e as peculiares às cinco zonas econômicas que constituem a divisão clássica do país.

Entre as primeiras, as mais urgentes dizem respeito à produção, ao crédito e ao transporte.

Cumprе, precipuamente: cuidar da produção, delimitando as zonas de culturas vegetais e animais em função da ecologia; promover a cultura das fibras nativas, nas suas zonas de origem, e estudar processos para a industrialização delas; fixar os padrões de produtos ex-

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

portáteis; fornecer meios de pesquisar as riquezas minerais, promovendo um balanço seguro das nossas necessidades, importações e possibilidades internas; selecionar os rebanhos e determinar as zonas mais adequadas às diversas espécies de bovinos, cavalares, suínos, ovinos e caprinos, industrializando os sub-produtos de origem animal; desenvolver a pequena produção animal, sobretudo, a avicultura e a apicultura.

Em relação ao crédito, é preciso, por todos os meios possíveis, inculcar ao povo o hábito da economia e induzir os produtores a se organizarem em cooperativas.

Nos transportes, o objetivo primordial deve ser o estabelecimento da homogeneidade do mercado interno, com a sistematização das comunicações, aproveitando a rede fluvial e articulando-a aos principais troncos de linhas férreas e rodovias. Para tanto, é preciso mobilizar todo o potencial da União, das unidades federadas e dos próprios Municípios, e evitar o erro, até agora cometido, que consiste em dotar suficientemente uma ou outra zona, sem cuidar de dar-lhe articulação conveniente. Resulta daí, geralmente, a limitação do intercâmbio às saídas marítimas, que obrigam a despesas muito grandes, nem sempre compensadas, com o aparelhamento de portos de reduzido movimento.

A uniformização da política demográfica é outro ponto que necessitamos debater. Aos Estados cumpre inventariar suas terras devolutas, facilitando a formação de colônias, quer pela afluência de elementos nacionais, quer pela imigração. A exemplo de outros países, devemos atrair o fluxo de imigrantes, colocando o solo ao alcance de todos que desejem trabalhá-lo.

Ainda outros temas, que dizem respeito ao material humano, precisam de ser debatidos de forma definitiva. A adaptação do trabalhador do campo depende, em gran-

A ATUALIDADE BRASILEIRA

de parte, do ensino rural. Escolas rurais, de sentido eminentemente prático, e escolas técnicas, funcionando junto às fábricas e emprêsas existentes, são outras tantas iniciativas inadiáveis.

Na ordem administrativa, impõe-se reajustar a organização dos Municípios à letra e ao espírito do art. 29 da Constituição; estabelecer conjugação efetiva entre órgãos administrativos das três esferas do poder público, isto é, União, Estados e Municípios; com o propósito de reduzir o custo das administrações, evitar duplicidade de órgãos com finalidade idêntica; estabelecer preferência absoluta para o emprêgo das rendas públicas em aplicações reprodutivas, em vêz de obras suntuárias; ajustar as administrações locais, estritamente, às suas tarefas, evitando que pequenas coletividades assumam encargos acima das suas possibilidades econômicas.

As teses regionais devem congregiar os representantes de cada zona econômica, para que, balanceada a situação geral de cada uma, no seu potencial e possibilidades imediatas, possam destacar-se as contribuições da União e das unidades interessadas, dentro de objetivos precisos, no que diz respeito à produção, sua distribuição e melhoria técnica.

Panorama da vida nacional

O panorama da vida nacional no decorrer de 1939 apresenta-se satisfatório sob todos os aspectos. As atividades econômicas mantêm-se em ritmo de franco progresso. As cifras do intercâmbio externo, ao contrário do que ocorrera na primeira parte de 1938, são animadoras, ultrapassando o movimento geral do nosso comércio exterior, nos primeiros sete meses do ano corrente, de 6.000.000:000\$000, ou sejam cêrca de 41.000.000 de

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

esterlinos. O saldo da balança comercial foi favorável em 3.000.000 de libras, ou sejam cêrca de 360.000:000\$000.

As iniciativas multiplicam-se. O problema do trabalho é, antes, a falta de braços e de trabalhadores qualificados do que a desocupação, enquanto novas fontes de riqueza começam a ser exploradas de modo sistemático e remunerativo.

No que se refere ao aspecto financeiro, não temos motivos para apreensões. A arrecadação, nos seis primeiros meses, processou-se normalmente, embora nalgumas rubricas ficasse aquém da previsão. A despesa, porém, manteve-se equilibrada, com os cortes que se fizeram necessários e que resultaram no encerramento do semestre com diferença favorável para a receita realizada. Em 1938, a arrecadação geral acusou sensível melhora sôbre a do ano anterior, expressa pela vultosa cifra de 417.292:077\$500.

O nosso meio circulante, conquanto aumentado pelas contingências imperiosas que acarretaram idêntico resultado no Mundo inteiro, não o foi tanto como em países econômicamente mais estáveis que o nosso. Tomando-se o índice 100 para 1929, verifica-se, em 1938, a seguinte situação: França, 160; Bélgica, 159; Alemanha, 157; Estados Unidos, 150; Brasil, 142.

A inegável estabilidade econômica, com ausência de crises e o surto de iniciativas novas, é um índice seguro do ambiente de ordem e confiança que reina no país.

O Govêrno, por todos os meios a seu alcance, procura fomentar os empreendimentos proveitosos e impulsionar a riqueza nacional. Desenvolvendo o crédito, conservando a moeda em situação favorável às exportações, não descursa, entretanto, os demais problemas de alcance geral.

A ATUALIDADE BRASILEIRA

O amparo às classes trabalhadoras, a renovação do material das fôrças de terra, mar e ar, o combate sistemático às endemias, a ampliação dos serviços de educação e ensino, o plano quinquenal de obras públicas — tudo isso está sendo atendido, apenas, com os nossos próprios recursos.

Depois de longo período, em que evitámos recorrer ao crédito externo, resolvemos, dada a urgência de reparar os transportes marítimos e reequipar as ferrovias, utilizar as facilidades abertas pelo convênio comercial concluído com os Estados Unidos e adquirir navios e material rodante. As operações realizadas até agora montam a cêrca de 10.000.000 de dólares, mas não constituem, como os antigos empréstimos, um gravame para as finanças públicas. Realizámos negócio em bases de crédito comercial a curto prazo, com o instituto do próprio Govêrno americano, o Banco de Importação e Exportação, e os títulos são simples efeitos bancários, resgatáveis na conformidade dos saldos de divisas da nossa exportação. E' bem de ver que, continuando o país credor a ser o melhor cliente da nossa principal mercadoria de exportação, o café, com embarques cada vez maiores — o mês de outubro último constituiu verdadeiro *record* —, e, dada a natureza reprodutiva do emprêgo dêsse crédito, só temos que felicitar-nos pelo seu aproveitamento.

Ampliando êsse breve resumo, passamos a examinar os dados mais recentes dos diversos serviços e atividades do Estado.

Justiça e ordem constitucional

Grande foi o trabalho de remodelação e adaptação das instituições e leis antigas que tiveram de ser revistas para ficar de acôrdo com os princípios da Constituição.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Logo nos primeiros meses do regime, tomaram-se duas medidas, de ordem pública uma e administrativa a outra, consubstanciadas nos decretos-leis ns. 24 e 37. O primeiro extinguiu as acumulações remuneradas, que constituíam velho mal administrativo, profundamente arraigado, e o segundo, os partidos políticos, que ameaçavam pôr em risco a ordem e a segurança nacionais.

Simultâneamente a essas providências, tomaram-se outras de aspecto francamente construtivo. Foi extinta a Justiça Federal; foram reorganizados o Ministério Público, a Justiça do Distrito Federal, e, afinal, decretado o novo Código do Processo Civil, a vigorar no princípio de 1940, concluindo-se, assim, a unificação do direito judiciário brasileiro.

Também a velha instituição do juri popular foi reorganizada, dando-se-lhe maior prestígio.

A legislação econômica teve acentuada importância, contando-se entre os atos mais salientes os decretos-leis ns. 960, respeitante a executivos fiscais, 869, que define os crimes contra a economia popular, e 1.113, limitando os juros dos empréstimos sobre penhores.

Na esfera administrativa, a providência mais importante foi, sem dúvida, a lei orgânica dos Estados. Estabelecido o regime de intervenção da União, evitou-se o enfraquecimento dos vínculos que ligam o poder central às unidades federadas, promovendo-se, dêste modo, a eliminação dos resquícios do regionalismo, ou caudilhismo, porventura sobreviventes à grande remodelação política por que passava a Nação. Os resultados têm sido grandemente satisfatórios. A revisão de leis fiscais, a padronização dos serviços públicos, a questão das concessões de terras públicas, são outros tantos tópicos em que se tem exercido ação apreciável.

A ATUALIDADE BRASILEIRA

Em matéria de códigos, dado o fato de serem positivamente antiquados os existentes (o Comercial é quasi centenário; o Penal conta mais de 50 anos, e o Civil, em desacôrdo, pela sua feição individualista, com a nova doutrina que rege as relações dos principais institutos com o Estado), procede-se ao estudo final das reformas que devem ser postas em vigor.

Ainda é justo salientar o relêvo assumido, na legislação geral, pelos decretos que criaram a defesa permanente do Estado e instituíram um tribunal especial para a sua aplicação.

Foi, igualmente, ativo e profícuo o trabalho relativo às leis de estrangeiros. A legislação antiga já não satisfazia às necessidades novas; pelo contrário: com as suas facilidades, permitia fraudes numerosas e reduzia a possibilidade de ação do Estado. Ademais, a conduta de alguns núcleos de estrangeiros mudara completamente, por forma a se fazer inadiável uma regulamentação mais adaptada à situação atual. A revisão das leis de estrangeiros orientou-se pelos seguintes princípios: *a)* garantir o cumprimento dos dispositivos constitucionais, no interêsse da soberania e da segurança nacionais, limitando o exercício dos direitos políticos dos estrangeiros ou brasileiros naturalizados; *b)* promover a assimilação mais rápida dos estrangeiros e facilitar os meios de nacionalizar os seus descendentes; *c)* impedir a formação de núcleos inassimiláveis e compactos de estrangeiros; *d)* evitar a entrada e permanência de elementos turbulentos ou perigosos à ordem pública ou à segurança do Estado; *e)* policiar as atividades dos elementos alienígenas, impedindo que se tornem nocivos aos interêsses do Estado. Os decretos-leis ns. 383, 389, 394, 406, 479, 554 e 639 consubstanciam as disposições necessárias ao bom cumprimento dos dispositivos indicados.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Complemento indispensável dêses atos foi o decreto-lei n. 1.164, relativo à faixa da fronteira, que, além de assegurar a preponderância de brasileiros nessa zona, deu cumprimento ao preceito constitucional que a estabeleceu, regulando a concessão de terras, vias de comunicação e estabelecimento de indústrias.

Outras medidas de significativa importância devem ser postas em vigor proximamente; entre elas, o Estatuto da Família e a Organização da Juventude Brasileira, ambas previstas no Estatuto fundamental do regime.

Ainda merecem especial destaque a Comissão Revisora de Leis e Decretos e a Comissão de Estudos dos Negócios dos Estados. Sempre que chamados a opinar sobre matéria das suas atribuições, êsses dois órgãos, anexos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, fizeram-no com presteza e segurança, auxiliando a solução de numerosas questões.

Padronização orçamentária e sistema tributário

A recente reunião das delegações estaduais, para cumprimento do art. 69 da Constituição, trouxe resultados altamente apreciáveis. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal fizeram-se representar por 75 técnicos, que assentaram as medidas necessárias à padronização dos orçamentos e estabelecimento de normas uniformes de contabilidade, bem como o estudo dos tributos. A disparidade tributária existente era grande, e a nomenclatura, variada e difícil. Basta assinalar a existência de 2.185 rubricas de receita, sendo 1.396 dos Municípios e 789 dos Estados, das quais 778 inteiramente diferentes nos primeiros e 585 nos últimos. Com evidente vantagem para o erário e para a contabilidade,

A ATUALIDADE BRASILEIRA

essas 2.185 rubricas foram reduzidas a 65. Diante de resultado tão promissor, podemos cogitar de, em futuro próximo, ultimar tarefa maior e mais complexa, de seguros benefícios para as atividades nacionais.

Uma revisão e sistematização dos tributos, impostos e taxas cobrados pela União, Estados e Municípios, resultará, por certo, em aumento de rendas. Não é para negar, antes, se faz necessário afirmar públicamente, que a incidência dos impostos nem sempre corresponde à justiça tributária e, nalguns casos, chega, mesmo, a prejudicar atividades produtivas, em vez de incrementá-las.

E' tempo de reconhecermos e praticarmos o princípio segundo o qual todo imposto que dificulta a livre circulação interna das mercadorias resulta anti-econômico e deve ser abolido.

Nas circunstâncias particulares que atravessamos, o fortalecimento do mercado interno deve constituir objetivo constante do Governo, e só o poderemos atingir reformando o sistema tributário, por um lado, e melhorando a rede de transportes, por outro. Reforma de tamanho alcance deverá, enfim, compendiar-se num código tributário, capaz de resolver a maior parte das dificuldades existentes na matéria, dando-lhe orientação segura e uniforme.

Relações exteriores

Apesar das rápidas e violentas mudanças ocorridas no cenário da política mundial, em que se opera uma revisão cruenta dos princípios estabelecidos, conseguimos realizar obra útil de consolidação dos preceitos que sempre regeram a nossa conduta entre os povos civilizados. Sem abandonar a tradição do direito das gentes, pelo contrário, reformando as suas regras, participámos de

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

numerosas reuniões internacionais, praticámos as normas fundamentais da convivência entre povos civilizados e cultivamos as relações pacíficas e proveitosas de todos os Estados com os quais mantemos intercâmbio.

Particularmente, neste hemisfério, a nossa atuação foi reafirmada e não poupámos esforços e boa vontade para conciliar as divergências de pontos de vista e estreitar os velhos laços de cordialidade mantidos com os povos americanos.

Nas duas grandes convenções realizadas nos últimos doze meses, a primeira na capital do Perú e a segunda no Panamá, defendemos os princípios de solidariedade continental, de longa data advogados pelo Brasil. E, pela fórmula unânime da declaração de neutralidade no conflito europeu, tivemos a satisfação de verificar que a unidade dos povos americanos em torno de princípios idênticos de respeito às normas do direito internacional era completa.

Outros fatos de acentuado relêvo para as relações do país foram as visitas do nosso Chanceler, Dr. Oswaldo Aranha, e do Chefe do Estado Maior do Exército, General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, aos Estados Unidos da América do Norte: o primeiro, a convite do Presidente Franklin Roosevelt, e o segundo, como hóspede de honra do Exército daquele grande país.

No campo econômico, demonstraram alto proveito as medidas tomadas. Foram assinados acôrdos com os Estados Unidos, a Argentina, Perú, Colômbia, Chile, Paraguai, Venezuela, Uruguai, Guatemala e Equador. Concluíram-se, ainda, convênios comerciais com a Turquia, Iraque, União Sul Africana e Austrália.

Interessando diretamente à política de nossa expansão comercial, comparecemos à Conferência Algodoeira de Washington, na qual se fizeram representar todos os

A ATUALIDADE BRASILEIRA

grandes países cultivadores, e conseguimos que a Comissão Executiva da Conferência Internacional de Açúcar suspendesse a obrigação de contingente que havíamos assumido, resultando disso podermos aumentar de 1.000.000 de sacos a nossa exportação.

As demais atividades do Departamento de Estado das Relações Exteriores foram exercidas normalmente, sendo de salientar as providências tomadas para o amparo e repatriamento dos nacionais que se encontravam nas zonas de beligerantes, na Europa.

Numerosos foram, também, os hóspedes ilustres que acolhemos, dentre os quais é justo salientar o General José F. Estigarribia, Presidente do Paraguai, a Missão Militar Uruguaia, chefiada pelo General Julio A. Rolleti, e a representação argentina às festas da Independência, composta de duas delegações, a da Marinha e a do Exército, sob a direção do Contra-Almirante José Guisasola e General Guillermo Mohr.

Para as festas comemorativas do cinquentenário da Proclamação da República, estão sendo esperadas numerosas e seletas representações de países amigos, e, para acolhê-las, tomam-se as providências necessárias.

Imigração e colonização

Diante das múltiplas dificuldades que a política de contingentes de imigração oferecia na prática, resolveu o Governo criar o Conselho de Imigração e Colonização, o que fez em 4 de maio de 1938, pelo decreto-lei n. 406, logo regulamentado. O novo órgão da administração entrou, desde logo, a funcionar, começando por adaptar a legislação às necessidades do país e às circunstâncias externas, extraordinariamente mutáveis nos últimos tempos.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Exercendo atribuições de contrôlê, iniciativa e coordenação, para melhor executá-las, pôs-se em contacto com os governos estaduais, estudou as necessidades das regiões, a forma de distribuição dos imigrantes e os meios aptos para promover a sua assimilação.

Em permanente e estreita cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, procurou facilitar a vinda de largos contingentes dos países de super-população, convenientes, pelos traços étnicos, à formação nacional. Por outro lado, estudou a necessidade de promover a colonização mixta, de maneira a evitarmos a formação dos chamados quistos raciais.

Sobrevinda a guerra na Europa, perdemos oportunidade de receber imigrantes da quasi totalidade dos países dêsse Continente, mas procurámos, mesmo antes do rompimento das hostilidades, obviar essa perda, facilitando a entrada de alguns contingentes de Portugal. Para isso, suspenderam-se todas as restrições numéricas quanto aos imigrantes lusos, manteve-se a isenção do pagamento de "visto" consular e iniciaram-se negociações com o Governo Português para a vinda em massa de trabalhadores agrícolas.

Dado o fato de ser grande, nos últimos tempos, o afluxo de estrangeiros sem condições para promover o nosso progresso, tomaram-se medidas para o respectivo registo geral e verificação dos meios de permanência. Esses serviços têm funcionado com real proveito, afastando elementos nocivos à coletividade e promovendo o respeito às leis brasileiras.

Os estudos e as verificações a que chegou o Conselho de Imigração e Colonização tornaram possível encaminhar, de modo satisfatório, a imigração interior. As sêcas, que, últimamente, assolaram regiões de alguns Estados, deslocaram populações que estão sendo localiza-

A ATUALIDADE BRASILEIRA

das, de forma racional, no Estado de São Paulo, onde existe, desde muito, carência de braços na lavoura. Não faltou a êsses patrícios o amparo da União em tão difícil emergência. Foi aberto um crédito extraordinário de 200:000\$000 para prover às suas necessidades, sendo-lhes proporcionados os meios de subsistência, serviços médicos e transporte.

É, aliás, no sentido de promover a colonização interior que o Govêrno dirige, atualmente, as suas vistas, com o intuito de fixar em zonas mais produtivas e menos propícias a flagelos os excedentes de população de certas regiões do país.

Educação e ensino

Numa ordem nova, é imprescindível procurar infundir nos espíritos a disciplina necessária a compreendê-la, praticá-la e aperfeiçoá-la. Ao Estado Novo cabia enfrentar, quanto antes, os problemas da educação e do ensino e orientá-los pelos seus postulados, de forma a dar às gerações novas o preparo indispensável para participarem ativamente na grande obra de reconstrução nacional iniciada.

Reorganizado, em maio de 1938, o ensino superior, buscou-se torná-lo mais severo, impedindo a derrama de títulos que não correspondam a conhecimentos sólidos e a vocações definidas, afirmadas na vitória sôbre programas exatos e completos. Para o funcionamento de escolas superiores, estabeleceram-se exigências assecuratórias de bons métodos, quer do ponto de vista do aparelhamento material, quer do intelectual.

A Universidade do Brasil foram acrescentados dois importantes estabelecimentos: a Faculdade Nacional de Filosofia e a Escola Nacional de Educação Física e Des-

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

portos. Com o primeiro tem-se em vista elevar o nível cultural e formar docentes aptos a desenvolver os conhecimentos de filosofia, das ciências, das letras, e com o segundo, preparar mestres de cultura física, que, disseminados pelo país, possam desenvolver o gosto pelos cuidados do corpo e da saúde, com o fim de melhorar a resistência da raça.

É fundamental, entre nós, o problema da assistência sanitária e profilática. A demora em atacá-lo explica, talvez, a dificuldade de se canalizarem correntes imigratórias para ricas regiões do nosso país, onde as condições de salubridade muito deixam a desejar. Para conseguir enfrentar assunto tão grave, precisamos de especialistas e de escolas modernas e atualizadas, em dia com os progressos da Ciência. Respondendo a essa necessidade, resolveu o Governo remodelar as Faculdades de Medicina da Baía e de Pôrto Alegre, dotando a primeira com um hospital de 400 leitos e uma escola de enfermagem, e a segunda com um nosocômio para 450 homens. As obras da Baía estão em andamento e as de Pôrto Alegre serão iniciadas no princípio do ano vindouro. Nesses empreendimentos empregará o Governo importância superior a 20.000:000\$000.

O ensino secundário, disciplinado segundo legislação de 1931, é ministrado, atualmente, por cêrca de 600 colégios distribuídos pelo país, tendo como padrão o Colégio Pedro II. Ressente-se, porém, de falhas que, já estudadas, serão suprimidas na lei em elaboração, visando torná-lo, qualitativamente, melhor.

Dentro da organização que criámos, o ensino profissional tem lugar de especial destaque, cabendo-lhe preparar o operariado das diversas indústrias. Está em elaboração um corpo de legislação regulando, em todos os seus aspectos, êsse setor educacional, e, enquanto

A ATUALIDADE BRASILEIRA

isto, constroem-se liceus profissionais de grandes proporções no Distrito Federal, Amazonas, Maranhão, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Goiaz. Os quatro primeiros liceus estão quasi concluídos; os dois últimos, em estado de adiantada construção. As obras desses seis estabelecimentos ficarão em cêrca de 22.000:000\$000.

A União não havia, até agora, atuado no terreno do ensino primário, que ficara, exclusivamente, a cargo dos governos locais, quer no que respeita à legislação, quer quanto às responsabilidades do custeio e da administração escolar. Resolvemos dar novo rumo a êsse ramo do serviço público. Fazia-se necessário, por um lado, imprimir unidade espiritual ao ensino primário de todo o país, promovendo a nacionalização de todas as escolas, e, por outro, conjugar os esforços dos governos locais e do federal para uma solução mais rápida do problema.

Para estudar e propor as bases da política a seguir em matéria de ensino primário, criou-se, em 1938, a Comissão Nacional do Ensino Primário, cujos trabalhos tiveram logo início, com valiosos resultados. Já foi elaborado um longo projeto, dando organização ao ensino de todo o país, — projeto que ora é matéria de estudo, para o fim de ser convertido em lei. Cabe notar, também, que o Govêrno entrou, de maneira decisiva, a colaborar com os Estados financeiramente, para a fundação e manutenção de escolas elementares. A ação federal deu preferência, no ajuste dessa colaboração, aos Estados onde se faz mister um grande esforço nacionalizador. Assim, estão sendo distribuídos, no corrente ano, auxílios aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Espírito Santo, no valor de 6.500:000\$000.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Com base em estudos e pesquisas seguras, começamos a utilizar o cinema e o rádio como processos de educação. Relativamente ao cinema, foi criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo, cuja organização vai sendo, de ano para ano, aprimorada. Quanto ao rádio, está organizado o Serviço de Rádio-difusão Educativa, que deverá transformar-se em centro de irradiação de programas educativos para os estabelecimentos de ensino e centros de educação popular.

Fazia-se inadiável a criação de um centro de estudos e pesquisas destinado a recolher a mais completa documentação sobre a história e as realizações atuais da educação em nosso país e no estrangeiro e a promover investigações sobre todos os assuntos que a educação pode comportar, não só para o fim de elucidar o público e as administrações locais, mas, ainda e sobretudo, para cooperar com o Governo na elaboração das leis, regulamentos e instruções e na organização dos planos administrativos referentes à matéria. Esse órgão já foi constituído com a denominação de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que passou, desde logo, a funcionar. Os resultados de seus trabalhos mostram-se apreciáveis e tornar-se-ão, em breve, conhecidos através da publicação que deverá divulgá-los.

Higiene pública e assistência médico-sanitária

O Estado Novo quer destruir o conceito pejorativo, invocado, frequentemente, para nos diminuir, segundo o qual o Brasil é um vasto hospital. Para conseguí-lo, não medirá esforços, conforme o tem demonstrado com as medidas postas em prática, visando todas elevar o índice sanitário das populações e completar o aparelhamento

A ATUALIDADE BRASILEIRA

de combate aos males endêmicos, do Norte ao Sul do país.

Reconhecida a necessidade de uma ação padronizada e contínua, procura-se obter a uniformização técnica e a coordenação administrativa de todas as repartições sanitárias estaduais. Conseguiu-se, até agora, padronizar os serviços de 12 Estados — Sergipe, Pará, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Amazonas, Maranhão, Piauí, São Paulo, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás —, e estender a orientação federal aos demais, a fim de tornar possível o aproveitamento máximo dos recursos disponíveis e preparar a rede nacional de higiene pública e assistência médico-sanitária.

Entre os flagelos apontados como de mais inquietante progressão ressaltava a lepra. Iniciada no Distrito Federal a campanha contra a terrível moléstia, pouco a pouco estendeu-se aos Estados, e, neste momento, estão em construção novos leprosários e em ampliação os existentes nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Dos que se acham em construção, cinco ficarão concluídos no decorrer deste ano, e os restantes, em 1940. No corrente ano, o Governo Federal dispendirá com leprosários a quantia de 10.500:000\$000. No triênio de 1936 a 1938, aplicou com o mesmo fim a considerável importância de 25.000:000\$000. A par desse grande serviço de isolamento de doentes, instalaram-se preventórios para filhos sãos de leprosos e foi subvencionada a Federação das Sociedades de Assistência aos Lázaros com a importância de 1.400:000\$000.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

De 1938 para cá, ativámos consideravelmente o combate à tuberculose, iniciando, nesse ano, a construção de sanatórios e preventórios no Distrito Federal, Pará, Ceará, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Estado do Rio, com uma despesa de 8.600:000\$000. No correr de 1939, seis outros foram atacados — no Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e São Paulo —, exigindo um dispêndio de 7.000:000\$000.

A malária, endemia que, infelizmente, se estende por todo o país, vinha aumentando o seu poder letal, em virtude do aparecimento, nas regiões nordestinas, de um novo mosquito, peculiar às regiões africanas, — o “*anophelis gambiae*”. A profilaxia da malária, serviço já antigo no Brasil, teve, em 1938, enorme desenvolvimento, abrangendo os Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina, com uma despesa total de 1.200:000\$000 e mais 3.800:000\$000, para a luta contra o impaludismo na Baixada Fluminense. Além disso, foi criado um novo departamento, sob a denominação de Serviço de Malária do Nordeste, destinado, especialmente, a enfrentar o “*gambiae*”, confiando-se a sua direção à benemérita Fundação Rockefeller. Destinou-lhe o Govêrno, em 1938, 1.000:000\$000 e, em 1939, 10.000:000\$000.

A peste, que tanto terror infunde às populações dos Estados nordestinos, periôdicamente os ameaça, procurando ambiente favorável a uma mais larga e mortífera incursão. Deliberou o Govêrno atacá-la vigorosamente, para a extirpar de vez, e não diminuirá o seu esforço enquanto não atingir o fim desejado. Em 1938, êsse serviço absorveu 1.410:000\$000 e, em 1939, 1.200:000\$000 ou sejam, no biênio, 2.610:000\$000.

A ATUALIDADE BRASILEIRA

A febre amarela, periodicamente, ameaça voltar a flagelar a Capital Federal e outros pontos do país, agravada, agora, de uma modalidade nova, a chamada febre amarela silvestre. Tudo se tem feito, felizmente, com cabais resultados, para impedir a volta da terrível doença, empregando-se os meios clássicos e modernas descobertas, como a vacinação preventiva. A esses serviços destinou o Governo, nos dois exercícios de 1938-1939, a considerável quantia de 34.000:000\$000.

Embora não se inclua entre as moléstias que figuram com grandes índices nas estatísticas de mortalidade, o câncer precisa ser observado, e estamos fazendo-o. Para isso, construiu-se e foi instalado nesta Capital um centro de cancerologia, como início de obra maior projetada.

O problema da hospitalização de doentes mentais é um dos que maiores deficiências oferecem em nosso país. Resolveu o Governo empreender a realização de obras importantes para a sua solução, a começar pelo Distrito Federal. Foram, assim, planejados dois grandes centros hospitalares: um, destinado a doentes crônicos — a Colônia Juliano Moreira, o outro, a doentes agudos, a crianças doentes, a doentes sujeitos à autoridade judiciária, etc., — e que ficará instalado nos terrenos atualmente ocupados pela Colônia Gustavo Riedel.

Para a constituição do primeiro centro, já foram construídas a secção Franco da Rocha, com 650 leitos, inaugurada em 1936, e a secção Ulysses Vianna, com 650 leitos, inaugurada em 1938. Acham-se na fase final da construção, prestes a inaugurarem-se, mais uma secção, com capacidade para 640 leitos, e um bloco médico-cirúrgico, com capacidade para 200. Com tais elementos, ficará completa a Colônia Juliano Moreira.

A NOVA POLÍTICA DO BRASIL

Para a formação de outro centro hospitalar, já foram iniciadas, no ano passado, as obras de construção do hospital de neuro-psiquiatria infantil, e estão em execução as obras de um grande hospital psiquiátrico, devendo, no ano próximo, ter comêço as obras de um hospital judiciário e de outros serviços destinados a completar o segundo centro hospitalar de doentes mentais do Distrito Federal. Executado êsse vasto plano, será fechado o Hospital Nacional — o velho Hospício, na Avenida Pasteur, para aproveitamento da grande área que ocupa em obras de embelezamento urbanístico.

Resolvido o problema na Capital da República, levará o poder público o seu auxílio às realizações estaduais com o mesmo objetivo de prestar assistência aos doentes mentais. Já se procedeu a extenso inquérito, em todos os Estados, possibilitando a instituição de medidas que tornem uniforme essa assistência, e organizaram-se planos técnicos de construção e funcionamento de hospitais para insanos nos Estados de Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo, sendo que Sergipe e Santa Catarina estão construindo hospitais-colônias, segundo o padrão federal.

Temos imprimido cada vez maior desenvolvimento aos serviços de educação sanitária, e com êsse fim editámos numerosas publicações destinadas à divulgação popular.

O problema de proteção à maternidade e à infância vem, desde muito, preocupando o Govêrno. Para constituir um centro de estudos e pesquisas sôbre a matéria, foi resolvida a criação, na Capital da República, de um instituto especializado, de onde irradiarão as diretrizes de ordem técnica. Mas, além dêsse empreendimento, resolveu-se iniciar, no corrente ano, uma ação construtiva e generalizada, distribuindo-se, recentemente, a im-